

**A PERSPECTIVA DISCENTE DA DISCIPLINA PRÁTICA ESPORTIVA
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS¹**

Helion Massami Iza²

Luiz Gonçalves Junior³

Yara A. Couto⁴

RESUMO

A Educação Física no 3º grau tornou-se obrigatória em 1971, com o decreto lei nº 69.450/71, período em que o Brasil vivia sob o Regime Militar Ditatorial e o movimento estudantil encontrava-se em turbulência. Apesar das mudanças políticas do país, a Educação Física no 3º grau era obrigatória até o ano de 1996, valorizando conteúdos meramente esportivos, turmas separadas por sexo... Discuti-se, assim, alternativas de trabalho para a prática esportiva dos alunos do campus de Araras/UFSCar.

*A trajetória metodológica adotada foi a do fenômeno situado, coletamos os discursos de 35 alunos, a partir da questão: **Qual o significado da prática esportiva para você?** Os resultados obtidos demonstram que parte dos alunos associam a prática esportiva com a idéia de promoção da integração e da saúde; que o campus de Araras não oferece condições adequadas para o desenvolvimento da prática esportiva; e mudança de comportamento discente valorizando a atividade física; entre outros.*

¹ **Referência:** IZA, Helion M.; GONÇALVES JUNIOR, Luiz; COUTO, Yara A. A perspectiva discente da disciplina prática esportiva na UFSCar. *Revista Discorpo (PUC-SP)*, São Paulo, v. 8, p. 43-57, 1998.

² *Graduando em Educação Física e Motricidade Humana UFSCar; membro do Núcleo de Estudos de Fenomenologia em Educação Física da UFSCar.*

³ *Professor Assistente do Departamento de Educação Física e Motricidade Humana da UFSCar; coordenador do Núcleo de Estudos de Fenomenologia em Educação Física da UFSCar; doutorando em Ciências Sociais pela PUC/SP.*

⁴ *Professora Auxiliar do Departamento de Educação Física e Motricidade Humana da UFSCar; coordenadora do Núcleo de Estudos de Fenomenologia em Educação Física da UFSCar; mestranda em Ciências da Motricidade Humana pela UNESP/RC.*

ABSTRACT**THE STUDENTS' PERSPECTIVE OF DISCIPLINE SPORTS PRACTICE****IN THE FEDERAL UNIVERSITY SÃO CARLOS**

With the dictatorial military political system in Brazil which caused the students' rebellion against it the discipline of Physical Education in university courses became compulsory in 1971, in accordance with the law number 69.450/71 in order to indoctrinate the students. Despite of political changes in the country, the teaching of Physical Education was obligatory at university until the year of 1996, emphasizing basically the sports contents, groups separated into sex... Nowadays it is discussed work alternatives for the students' sports practice from Araras campus and UFSCar.

The methodology used was the "situated phenomenon", in which 35 students' discourses were collected starting by the question: "What does the sports practice mean to you?" The results that were obtained showed that part of students associate sports practice with the idea of promoting integration and health; that Araras campus does not offer appropriate condition for the development of the sports practice; it was also noticed a change in the students' behavior emphasizing the physical activity, among others.

INTRODUÇÃO

Um pouco de história...

A Educação Física no 3º grau tornou-se obrigatória no ano de 1971 a partir do decreto Lei nº 69.450/71. Vale lembrar que o Brasil vivia sob o Regime Militar Ditatorial colocado em prática a partir do golpe de 64, passávamos ainda por profundas reformas no campo do ensino de 1º, 2º e 3º graus, em particular, através dos chamados “acordos MEC - USAID”⁵, acordos que a rigor buscavam a adequação do sistema educacional ao modelo econômico proposto pelo novo Regime.

O movimento estudantil encontrava-se em plena turbulência, não só pelas novas propostas para o ensino, bem como em função da repressão imprimida pelo governo militar. O governo intencionava desorganizá-lo, inclusive através dos atrativos do esporte em que buscava a adesão dos estudantes para atividades outras que não as de reivindicação e luta política.

Neste sentido, além da inclusão da obrigatoriedade da Educação Física, também tornou-se obrigatória a disciplina Estudo dos Problemas Brasileiros (EPB). Porém o caráter repressivo e alienante, menos camuflado, se fez sentir no fechamento dos Diretórios Acadêmicos e na fragmentação do saber (e das pessoas) em áreas, institutos, departamentos e disciplinas.

Sobre a Educação Física o discurso oficial afirmava que no 3º grau, esta deveria dar prosseguimento a iniciada nos graus precedentes , entendendo-a por :

*“ práticas, com predominância de natureza desportiva, preferentemente as que conduzam à manutenção e aprimoramento da aptidão física, à conservação da saúde, à integração do estudante ao ‘campus’ universitário, à firmeza do sentimento comunitário e de nacionalidade.”*⁶

⁵ Para melhor compreensão sobre o assunto ver:

CUNHA, L.A. e GOES, M. Educação: grande negócio. In: *O golpe na educação*. 4º ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1987.

ROMANELLI, O. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. 8º ed. Petrópolis, Vozes, 1978.

⁶ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Decreto nº 69.450/71*. Brasília, 1971, p.3.

Percebe-se, no texto legal a preocupação com a saúde (do ponto de vista biologizante), a valorização do sentimento de nacionalidade e a preferência pela natureza desportiva das práticas.

O acentuado valor ao caráter desportivo é notório pela composição das turmas obrigatoriamente do mesmo sexo e, de preferência, selecionados por nível de aptidão física⁷.

Além disso determina o Art. 11 que:

*“O Ministério da Educação e Cultura, por intermédio do órgão competente, estabelecerá e divulgará, convenientemente, os testes de aptidão física, com a finalidade de orientar os estabelecimentos e acompanhar a evolução das possibilidades dos recursos humanos nacionais.”*⁸

Ghiraldelli Junior (1988) ao fazer a caracterização da Educação Física brasileira nas décadas de 60 e 70 denomina-a de Educação Física Competitivista, já que neste período a mesma passa a ser subjugada pelo esporte de rendimento, ocorrendo a massificação da prática esportiva para daí surgirem indivíduos capazes de conquistar medalhas olímpicas. Afirma, ainda, que a Educação Física Competitivista assume a tarefa de desmobilização da organização popular pelo esporte de rendimento, que é o esporte espetáculo, divulgado pela mídia com o caráter de analgésico do movimento social.

Apesar das mudanças políticas do país, até recentemente, dezembro de 1996, a Educação Física no 3º grau, continuava sendo obrigatória e mais do que isto, via de regra seguindo o mesmo plano de ensino de outrora, ou seja, de valorização de conteúdos meramente esportivos sem vinculação alguma com as áreas de estudo particulares das diversas graduações, não levando em conta o caráter educacional e formativo, muitas vezes, constituindo-se em um “jogo de bola” dos interessados em atividades esportivas, estando os demais alunos dispensados das aulas, quando não por um atestado médico duvidoso, pelo próprio professor.

⁷ Id.Ibid. p.5.

⁸ Id.Ibid. p.7.

Apesar do decreto nº 69.450/71⁹ prever, no ensino superior, a participação do corpo discente na planificação das atividades através da Associação Atlética, tal conduta não se tem observado.

Gebara (1988), adverte que a Educação Física no 3º grau tem sido apresentada da mesma forma que no 2º grau, ou seja, como uma prática acrítica na qual ainda a confundem com esporte, lazer e atividade física, quando estes são apenas seus elementos constitutivos. Para o autor a única justificativa que se apresenta para sua existência é a obrigatoriedade, que no 2º grau é mascarada pelas generalizações do tipo “Educação Física é saúde”, o que não é propriamente adequado no 3º grau. Salienta, também, que a Educação Física vem recebendo tratamento diferenciado em relação as outras disciplinas já que é a única obrigatória em todos os graus e ramos do ensino.

A proposta para a Prática Esportiva do C.C.A. Araras/UFSCar - 1995

Durante o governo Collor (1990-1992), foi extinto o I.A.A. (Instituto do Açúcar e do Álcool) que tinha uma de suas unidades na cidade de Araras ficando todos os funcionários deste em disponibilidade. A direção da UFSCar sabendo disto liderou um movimento para a incorporação destas unidades de pesquisa por universidades federais. Com o sucesso deste movimento a UFSCar incorporou a antiga unidade de Araras do I.A.A., passando esta a ser o C.C.A. Araras/UFSCar (Centro de Ciências Agrônomicas de Araras, da Universidade Federal de São Carlos). A UFSCar realizou as reformas necessárias nas instalações do C.C.A. Araras e promoveu o treinamento dos seus profissionais, com a finalidade de adaptá-los ao trabalho em instituição universitária. Então, em 1993 começaram a funcionar os cursos de graduação em Engenharia Agrônômica e de Engenharia de Produção Agroindustrial no C.A.A. Araras/UFSCar.

Nos anos de 1993 e 1994, bem como no primeiro semestre de 1995, não foi oferecida a disciplina de prática esportiva para os alunos do C.C.A. Araras devido à sua localização e falta de um meio de transporte que viabilizasse o deslocamento de professores de um *campus* (São Carlos) para o outro (Araras).

Em um levantamento feito nas instalações do C.C.A. Araras verificou-se que o *campus* contava apenas com um campo de futebol em péssimo estado de conservação e uma bola como

⁹ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. op. cit. p.4.

único material próprio para o desenvolvimento da disciplina. A partir das atividades combinadas com os alunos solicitou-se outros materiais.

Ao iniciarem-se as aulas da disciplina o grupo de professores e monitores passaram a se reunir semanalmente para discussão e planejamento das atividades ministradas. Nas primeiras reuniões realizadas entre professores e monitores decidiu-se pela seguinte forma de trabalho:

- Produzir uma ficha de anamnese que respondesse a questões como: condições físicas e de saúde do aluno, expectativas com relação as aulas e atividades de preferência que poderiam ser ministradas de acordo com o espaço disponível.
- Produzir informativos que contribuíssem para uma maior compreensão por parte dos alunos sobre a atividade física que estariam praticando.
- Proporcionar aos alunos vivências nas modalidades capoeira, tai chi chuan, voleibol e futebol. Decisão esta que teve como fatores determinantes as possibilidades materiais, das instalações, dos professores e especialmente da opção dos alunos conforme levantamento feito pelo grupo na ficha de anamnese.
- Realizar um rodízio entre as atividades ao longo do semestre de forma que todos vivenciassem as diferentes atividades (capoeira, tai chi chuan, voleibol e futebol).
- Apresentar textos de autores¹⁰ que discutissem a problemática da questão: “Educação Física no terceiro grau”.
- Solicitar trabalhos teóricos no decorrer da disciplina.

As aulas no *campus* de Araras ficaram prejudicadas devido a problemas de transporte dos professores e monitores de São Carlos para lá, a infra estrutura do *campus* não oferecia boas condições para a realização das práticas bem como a falta de material para as aulas que demorou a ser adquirido. As aulas eram realizadas às segundas e quintas-feiras das 16 às 18 horas.

¹⁰CARMO, A.A. Educação física e esportes no 3º grau. In: PASSOS, S. C. E. (org.) *Educação física e esportes na universidade*. Brasília, Secretária da Educação Física e Desporto, Ministério da Educação/Universidade de Brasília, 1988, p.107-124.

SANTIN, S. Educação física e esporte no 3º grau, perspectivas filosóficas e antropológicas. In: PASSOS, S. C. E. (org.) op. cit. p. 51-74.

ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

Trajetória metodológica

A idéia da presente pesquisa é a de que o sujeito expresse o significado de sua experiência na “Prática Esportiva C.C.A. Araras/UFSCar - 1995”.

Desta forma, optamos pela pesquisa fenomenológica, modalidade fenômeno situado (Martins e Bicudo, 1989), na qual propusemos uma única interrogação¹¹:

Qual o significado da “Prática Esportiva do C.C.A. Araras - 1995” para você?

Foi entregue uma folha para cada um dos trinta e cinco alunos presentes no último dia de aula do semestre letivo com a questão acima impressa e pediu-se para que os mesmos a respondessem livremente.

Optou-se por uma única questão e não por uma seqüência de perguntas, pois se assim o fosse provocaríamos respostas do tipo sim ou não e no máximo um comentário complementar, correndo inclusive o risco de induzir os sujeitos a respostas pré-determinadas em função do encadeamento comum aos questionários.

Desta forma, compreende-se ciência, neste estudo, conforme a proposta de Merleau-Ponty (1969), como abertura ao mundo e não de manipulação das coisas, de exercício de controle experimental, tratando o ser

"como 'objeto em geral', isto é, a um tempo como se êle nada fôsse para nós, e, no entanto, se achasse predestinado aos nossos artifícios."(p.25)

Pretende-se analisar a experiência vivida no contexto da consciência do sujeito, pois a descrição é a própria objetividade da comunicação humana, sua inteligibilidade, em que o Ser mais íntimo se mostra.

¹¹ Para melhor compreensão desta metodologia, ver a explicitação das fases em:

GONÇALVES JUNIOR, L. *A atividade física de lazer para os sindicalistas no período da ditadura militar*. São Paulo, PUC (dissertação de mestrado), 1993.

RAMOS, G.N.S. *Educação física: licenciatura e/ou bacharelado?* analisando as implicações de uma estrutura curricular. São Paulo, PUC (dissertação de mestrado), 1995.

Após ler-se várias vezes a descrição dos sujeitos levantou-se as asserções que são significativas em relação a interrogação empreendida. Trata-se do estabelecimento de unidades de significado, as quais num momento seguinte passaram pelo processo de redução fenomenológica.

As convergências e divergências observadas no discurso reduzido dos sujeitos serão organizadas em categorias estruturais para possibilitar a análise nomotética, em que busca-se uma normatividade das trinta e cinco descrições coletadas. Para facilitar a compreensão da análise nomotética apresenta-se um quadro chamado de matriz nomotética. Com base na matriz nomotética é possível estabelecer-se a construção dos resultados revelando proposições individuais e concordantes dos sujeitos, esclarecendo assim a perspectiva discente do fenômeno interrogado.

Unidades de Significado Reduzidas

Discurso I

1. A prática esportiva promove a integração e a saúde.
2. O centro não oferece instalações adequadas para o desenvolvimento da disciplina e as mesmas devem ser providenciadas para não prejudicar as próximas turmas.
3. Na disciplina foram realizadas atividades escolhidas pelos próprios alunos o que permitiu um melhor desenvolvimento.

Discurso II

1. O *campus* não possui quadras, piscinas, campos etc.
2. Com as aulas aprendemos coisas novas como com a capoeira e com o debate.

Discurso III

1. Apesar das dificuldades estruturais foi possível ver a educação física sob o aspecto cultural, através dos trabalhos teóricos e práticos.

Discurso IV

1. Proporcionou integração, possibilitou disciplina corporal e relaxamento das tensões do dia-a-dia.

Discurso V

1. A prática esportiva conscientiza de que esporte é saúde, sobre o aquecimento, a dinâmica de grupo, conhecimento de artes marciais e diferentes jogos.

Discurso VI

1. A prática esportiva deveria ter apenas um esporte pois, assim, teria mais ênfase.

Discurso VII

1. A prática esportiva é importante para a saúde e aprendizado de conceitos sobre aquecimento, história, tradição e cultura, onde os exercícios devem envolver o corpo e a mente.

Discurso VIII

1. Seria melhor no primeiro semestre com possibilidade de transporte para São Carlos e, assim, praticarmos o que quisermos.

2. Notei que o tempo é curto para aprender três, quatro esportes.

3. Não teve significado algum os textos para debate em função da linguagem específica e confusa.

Discurso IX

1. Faltou empenho dos alunos em pressionar a diretoria para a construção de uma quadra e adquirir materiais para a aula.

2. A Federal não deu respaldo no sentido de manter um professor para a disciplina no C.C.A. Araras.

Discurso X

1. A prática esportiva nos tira da vida sedentária e ordena nosso modo de agir, andar e pensar. Nos torna mais confiantes, fornece conhecimentos para o nosso desempenho vital e profissional.

Discurso XI

1. A prática esportiva foi útil apesar do tempo insuficiente.

2. As condições de equipamentos e local, entre outros eram precários .

3. A prática significou a tentativa de tirar os alunos do sedentarismo.

Discurso XII

1. A prática esportiva não deveria ser obrigatória de forma que os alunos pudessem praticar o esporte que tem mais afinidade.

2. Atualmente é importante pois as pessoas tem se tornado cada vez mais sedentárias e obesas, promovendo um desenvolvimento físico e mental.

Discurso XIII

1. Superou minhas expectativas pois não tive que praticar jogos que não me despertam interesse e conheci a capoeira que me abriu um novo leque de cultura.

2. Gostei dos fatos levantados no trabalho teórico do “esporte na universidade”, da exposição na aula e espero que a “Ed. Física” passe para Educação Física.

Discurso XIV

1. Poderia conseguir um atestado para não fazer educação física mas achei que seria bom fazer.
2. Foi uma ótima oportunidade para me exercitar e me entrosar com os outros alunos.

Discurso XV

1. Não deveria ser obrigatória.

Discurso XVI

1. Não valeu a pena ter feito.
2. Poderia ser dado melhor aquecimento e relaxamento conforme indicado no informativo.
3. Educação Física é interessante e necessária para todos desde que de uma maneira correta, sadia, divertida, descontraída, com espírito de equipe e não para pregar a violência.

Discurso XVII

1. Aprendemos sobre esportes e realizamos uma confraternização.

Discurso XVIII

1. O esporte é importante para o relacionamento com as outras pessoas e para melhorar o condicionamento físico.

Discurso XIX

1. Conhecemos a capoeira como esporte e não como luta e tivemos uma iniciação de futebol e vôlei.
2. Discutimos a obrigatoriedade da educação física no terceiro grau.

Discurso XX

1. Proporcionou a integração, exercitou o corpo, refrescou a cabeça e é importante para o desenvolvimento físico e mental.

Discurso XXI

1. Apesar de C.C.A. não apresentar uma boa estrutura, o senso de profissionalismo dos professores e a compreensão dos alunos fez com que estas dificuldades fossem superadas.
2. A disciplina nos mostrou variâncias desconhecidas da educação física já que no ginásio e no colégio era superficial.

Discurso XXII

1. Faltou no início lugar e material adequados, entre outros.
2. A prática foi diferente das anteriores proporcionando conhecimentos e momentos de prazer.

Discurso XXIII

1. Significa a realização de exercícios para condicionamento físico e jogos para a promoção da cooperação, da integração e da socialização, bem como informar sobre a origem e a história de jogos e esportes.

Discurso XXIV

1. As aulas não foram só exercícios, aprendemos aquecimentos, relaxamentos, e jogos.
2. O horário e o transporte atrapalharam.

Discurso XXV

1. Se o C.C.A. Araras apresentasse melhores condições para as práticas esportivas, o interesse seria maior.
2. Comecei a dar mais importância aos exercícios físicos.

Discurso XXVI

1. Por ser um curso novo o C.C.A. não tem estrutura. No primeiro ano os alunos tiveram aulas no ginásio municipal e agora nos adequamos a nossa realidade.
2. Ninguém sabia nada foi produtivo aprendermos.
3. Espero que o Centro se estruture e ofereça de maneira adequada a disciplina.

Discurso XXVII

1. A finalidade seria fazer com que os alunos relaxassem e nada melhor do que fazer exercícios.
2. Não existe infra-estrutura pois deveríamos ter uma quadra e componentes para jogar.

Discurso XXVIII

1. Trouxe integração entre veteranos e bichos e o primeiro trabalho foi importante apesar de que a maioria não compreendeu.
2. A prática esportiva foi diferente de qualquer outro esporte ou educação física que eu já pratiquei.
3. Deveria ter mais de um semestre de prática esportiva.

Discurso XXIX

1. Criou-se um clima gostoso entre os alunos, adquirindo-se conhecimento e relaxamento da tensão.

Discurso XXX

1. A prática esportiva deveria ser espontânea podendo se escolher o esporte.
2. A falta de estrutura do C.C.A. nos obriga a praticar apenas três modalidades.
3. A prática esportiva mostrou-se como uma obrigação pois os interesses dos alunos não foram contemplados.

Discurso XXXI

1. Serviu como forma de integração entre as turmas e também com os esportes, além de ser um lazer.

Discurso XXXII

1. Fazer exercícios com frequência para sair da vida sedentária.
2. Pressionar para a construção da quadra.
3. A disciplina foi diferente, praticamos exercícios físicos e tivemos informações sobre cultura e sociedade.

Discurso XXXIII

1. É uma educação para o corpo, mexe os músculos, influencia a frequência cardiovascular, ativa a circulação, mantendo o corpo em forma e a alma fresca.

Discurso XXXIV

1. Quando soube que aprenderíamos futebol e vôlei, gostei muito, mas da capoeira, achei graça.
2. Hoje penso em entrar em uma academia e prosseguir o aprendizado.

Discurso XXXV

1. As aulas de prática esportiva foram boas, pois aprendi sobre a capoeira que nunca tinha praticado.
2. Talvez eu continue praticando em alguma academia.
3. Gostei do curso apesar das dificuldades que temos em nossa faculdade por não apresentar locais adequados.

Análise Nomotética

a) Lista de Categorias

- A) A prática esportiva promove a integração e a saúde.
- B) O C.C.A. Araras não oferece condições adequadas para o desenvolvimento da prática esportiva.
- C) Os alunos puderam optar pelas atividades da prática esportiva.
- D) A oportunidade de novas experiências na prática esportiva.
- E) O pouco tempo para o desenvolvimento de vários esportes.
- F) Os textos para debate não foram significativos.
- G) A necessidade de um professor de prática esportiva que permaneça no C.C.A. Araras.
- H) A não obrigatoriedade da prática esportiva.
- I) Os textos para debate foram significativos.
- J) Através de um exame médico poderia ser dispensado da prática esportiva, porém preferiu fazer.
- K) Não valeu a pena ter feito.
- L) A estrutura da aula se mostrou incoerente com a proposta.
- M) Profissionalismo dos professores e a compreensão dos alunos superaram as adversidades.
- N) Mudança de comportamento valorizando a atividade física

CONSTRUÇÃO DOS RESULTADOS

Com base na matriz nomotética é possível perceber que algumas categorias suscitadas possuem uma saturação de convergências entre os discursos, observa-se também que ocorre várias posições individualizadas e algumas divergências entre as asserções dos sujeitos pesquisados.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, tanto as categorias saturadas como as posições individuais são consideradas, pois os critérios de validade e/ou verdade científica não são os das metodologias usuais nas ciências naturais que preocupam-se prioritariamente com a representatividade quantitativa. Na tradição positivista “realidade” é um conceito que corresponde a algo objetivado e independente do Ser, que é possível de comprovação/mensuração, pois diz respeito a verdade enquanto algo que se adequa. O real é portanto, a prova, enquanto que para Heidegger (1981) é o contexto dos significados e das referências com que o Ser-aí se relaciona.

Notou-se uma saturação de convergências na categoria “A” indicando que os sujeitos acreditam na prática esportiva enquanto promotora de integração e saúde.

Vale a pena reportar que existe a idéia, exaustivamente veiculada através de *slogans* pelos meios de comunicação como: “Esporte é Saúde”, “Esporte não é droga. Pratique”, entre outros.

Guiraldelli Junior (1988) classifica, a partir de uma pesquisa histórica, um período da Educação Física brasileira como higienista, até 1930, onde pretendia-se mascarar através do discurso liberal a realidade social de doenças, alcoolismo e falta de condições urbanas (como moradia, saneamento básico, precariedade dos serviços de assistência à saúde...) através da Educação Física, relegando-se tais problemas para serem resolvidos no ambiente escolar pela “insistência na tese da Educação Física como atividade capaz de garantir a aquisição e manutenção da saúde individual”(p.17). Considera ainda o autor que esta concepção encontra-se até os dias de hoje em nossa sociedade embora não sendo hegemônica como outrora.

Em concordância Carvalho (1995) fala sobre a cultura de consumo que promove a venda de produtos e serviços, não raro com astros de cinema e televisão, associados a autopreservação do corpo, sugerindo ao indivíduo formas de combate a deterioração do corpo incutindo-lhe a idéia de prazer e auto-expressão. Propagandas, anúncios e reportagens que afirmam “à necessidade de

se aproveitar o tempo disponível com atividades que melhorem a aparência física ou que promovam a saúde, ou, ainda, remedeiem a doença”(p.121), especialmente as ligadas ao envelhecimento, ou seja, corpo saudável como sinônimo de corpo esteticamente perfeito, estética essa padronizada pela mídia. Em outras palavras reforçando a idéia do indivíduo responsável pela degradação de sua qualidade de vida.

Quanto a integração dos alunos do *campus* observamos que existiam duas turmas distintas, inicialmente separados por sexo, conforme obriga a legislação mas, na composição para as aulas foram divididas aleatoriamente procurando-se manter equidade de homens e mulheres. Além disso, as duas turmas do curso de Ciências Agrárias ainda não haviam tido aulas de Prática Esportiva, o que também favoreceu o processo de socialização entre os mesmos.

Outro fator diz respeito a questão do curso de Ciências Agrárias encontrar-se em um *campus* isolado do *campus* central da UFSCar, não permitindo, pela própria distância, um melhor contato com alunos de outros cursos como também com eventos artísticos, culturais e esportivos que ocorrem constantemente no *campus* central.

A categoria “B”, inclusive, apresentou saturação e reflete o descontentamento dos sujeitos com a falta de instalações esportivas convencionais como quadra poliesportiva, campo de futebol e piscina.

Obviamente que faz-se interessante a existência de tais instalações por outro lado, é importante deixar claro que a falta de instalações convencionais não é impedimento para a realização de atividade física regular tanto que a categoria “D” confirma a receptividade à novas experiências, o que aparenta a não vivência anterior de atividades como os jogos lúdicos e cooperativos ministrados nos aquecimentos bem como a vivência em capoeira.

Um dos sujeitos também lembrou na categoria “M” que o profissionalismo dos professores e a compreensão dos alunos acabaram superando essas adversidades.

A categoria “E” revela descontentamento de alguns sujeitos pelo pouco tempo para o desenvolvimento de vários esportes.

Salientamos que talvez tenhamos pecado em trabalhar com a proposta de vivências, com o intuito de contemplar a um maior número de pessoas através de experiências diversificadas de

atividades físicas, sendo que o enfoque não era o da *performance*, mas o da cultura física¹² em caráter mais global e não meramente esportivo-competitivo.

É claro que o atraso na resolução da questão do transporte do *campus* de São Carlos para o de Araras não possibilitou o melhor aproveitamento da carga horária da disciplina, bem como o atraso da compra dos materiais necessários para o desenvolvimento pleno das vivências.

Por conta disto, nota-se a sugestão de que no C.C.A. Araras exista um professor para ministrar a prática esportiva e que lá permaneça, conforme o discurso “IX”, unidade 2. Mesmo porque, os alunos manifestaram interesse em dar continuidade às atividades e serem contemplados com atividades de extensão, torneios e campeonatos.

Ocorre outro descontentamento na categoria “K”, na qual os sujeitos “XVI” e “XXX” afirmam que não valeu a pena ter realizado a prática esportiva; também é expressado pelo sujeito “XVI” na unidade “2” que a estrutura da aula não se mostrou coerente com a proposta inicial, onde pretendia-se desenvolver um aquecimento no início da aula, a parte central da aula com a atividade proposta (capoeira, vôlei, futebol) e a finalização da aula com o relaxamento ou alongamento.

O discurso “I”, unidade 3 revela uma proposição individual sobre a possibilidade dos alunos optarem pelas atividades da prática esportiva, ou seja, terem mais opções do que as contempladas, o que nesse instante não foi possível em função da já citada falta de instalações convencionais.

A matriz nomotética também apresenta proposições divergentes, a categoria “F”, por exemplo, menciona através do discurso “VIII”, unidade 3, a irrelevância dos textos propostos para debate; enquanto que a categoria “I”, demonstra relevância dos textos através dos discursos “XIII”, unidade 2; “XIX”, unidade 2; e discurso “XXVIII”, unidade 1.

Três discursos apontaram para o desejo da não obrigatoriedade da Prática Esportiva como podemos observar através da categoria “H”.

Acreditamos serem necessários maiores estudos para a indicação da obrigatoriedade ou não da educação física no terceiro grau. Porém nos é claro que nos moldes atuais da legislação, ou seja: preocupação com a saúde (do ponto de vista biologizante), valorização do sentimento de

¹² Para melhor compreensão do termo cultura física consultar:

BETTI, M. Cultura corporal e cultura física. *Revista Paulista de Educação Física*, p.44 - 51, jul./dez., 1993.

nacionalidade, do acentuado caráter esportivo e da composição de turmas do mesmo sexo selecionados por nível de aptidão física; não seria o mais adequado, até por conta disso nossa proposta alternativa.

Freire (1989) comenta que a separação de meninos e meninas na Educação Física ocorre das aulas de primeiro à terceiro grau por força do Decreto Federal nº 69.450/71, através de seu artigo 5º. Comenta ainda que no Brasil não faltam portarias e decretos-leis de inspiração autoritária em detrimento das leis. Cita, também, que profissionais da área defendem a separação de sexos nas aulas com as seguintes justificativas:

“ ‘Menino é mais forte que menina’; (...) ‘meninas não sabem jogar bola’; (...) são argumentos mais ou menos fáceis de desmanchar; só se justificam caso o objetivo exclusivo da Educação Física nas escolas fosse o rendimento físico” (p.210)

A categoria “I” demonstra uma asserção individual sobre a opção do sujeito em realizar a prática esportiva, embora comente a facilidade da dispensa através de um atestado médico.

Estranha contradição já que a área de Educação Física sustente a idéia de atividade física como promotora de saúde. Mais estranho ainda é o fato de ser facultativa a freqüência a Educação Física de acordo com o Decreto nº 69.450/71 através do artigo 6º; alunos do curso noturno que comprovem exercer emprego em jornada superior a seis horas; alunos maiores de trinta anos de idade; alunos que estiverem prestando serviço militar na tropa; alunos amparados por laudo do médico assistente do estabelecimento.

O Art. 10º da citada lei prevê que quando houver impossibilidade de utilização de áreas ao ar livre, é atribuição do professor de Educação física: “a abordagem da problemática de saúde, higiene e aptidão física (...)”¹³

A categoria “N” nos discursos “XXV”, “XXXI” e “XXXV” apresenta uma alteração de atitude dos indivíduos com relação à atividade física, passando estes após as vivências, a

_____. Ensino de primeiro e segundo graus: educação física para quê? *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. 13 (2): 282 - 287, jan., 1992.

¹³ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. op. cit. p.7.

valorizarem as atividades físicas, inclusive manifestando interesse em dar continuidade as mesmas. Isto nos leva a crer que as experiências anteriores destes indivíduos não permitiram que estes se sentissem motivados ou que percebessem de maneira satisfatória as possibilidades que as atividades físicas oferecem. Percebemos, ao longo do semestre, que os alunos não tinham noções básicas sobre o desenvolvimento de atividades físicas como iniciá-la através de um aquecimento e muito menos dos cuidados a serem tomados no transcorrer das atividades. Elementos estes que fomos esclarecendo ao longo do semestre através de comentários no transcorrer das aulas, bem como através de textos para leitura e discussão produzidos pelo grupo.

Atualmente a Educação Física no 3º grau vive um novo momento, pois não mais é referendada pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LEI nº 9.394/96, de 20/12/96, conforme expressa o parágrafo terceiro do art. 26, transcrito abaixo:

“§ 3º A educação física, integrada a proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativo nos cursos noturnos¹⁴”

Diante da nova situação os professores do Departamento de Educação Física e Motricidade Humana da UFSCar realizaram reunião para debater tal tema no dia 26 de junho de 1997, na qual após diversos posicionamentos decidiu-se seguir a legislação vigente, no entanto, possibilitando e divulgando junto aos acadêmicos de outros departamentos da UFSCar as disciplinas optativas do curso de graduação em Educação Física e Motricidade Humana para que os mesmos possam se matricular; criação de novas extensões com a tônica centrada no movimento corporal, mantendo as já ofertadas Capoeira, Dança de Salão, Yoga, Tai chi chuan.

De qualquer forma deve-se observar nesse período de transição para as novas determinações da LDB, a conduta dos profissionais de Educação Física, dos alunos do 3º grau e, principalmente, das Instituições de Ensino Superior (IES) - em especial em dadas instituições particulares que olham primeiro para a redução do quadro profissional e conseqüente redução de custos e depois para a qualidade de seus cursos, pois a falta da obrigatoriedade não deve

significar, nem de longe a falta da oferta nas IES desta faceta do arcabouço cultural humano: a cultura física.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto nº 69.450/71**. Brasília, 1971.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional: lei nº 9.394/96**. Brasília, 1996.
- CARVALHO, Y. M. **O mito da atividade física e saúde**. São Paulo, Hucitec, 1995.
- FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro**, teoria e prática da educação física. São Paulo, Scipione, 1989.
- GEBARA, A. Educação física e esporte no 3º grau. In: PASSOS, S. C. E. (org.) **Educação física e esportes na universidade**. Brasília, Secretaria da Educação Física e Desportos, Ministério da Educação/Universidade de Brasília, 1988, p.127-135.
- GHIRALDELLI JUNIOR, P. **Educação física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira**. São Paulo, Loyola, 1988.
- HEIDEGGER, M. **Todos nós... ninguém**, um enfoque fenomenológico do social. São Paulo, Moraes, 1981.
- MARTINS, J. e BICUDO, M.A.V. **A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos**. São Paulo, Moraes/EDUC, 1989.
- MERLEAU-PONTY, M. **O olho e o espírito**. Rio de Janeiro, Grifo, 1969.

¹⁴ BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional: lei nº 9.394/96*. Brasília 1996.